

TRABALHO E ENSINO EM MARX-ENGELS E GRAMSCI: APONTAMENTOS PARA UMA CRÍTICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.

José Nilton Alves Pereira Júnior

Professor do Instituto Federal de Educação do Ceará- IFCE

RESUMO

Discute a relação trabalho-educação numa perspectiva do materialismo-histórico com objetivo de delinear os princípios educativos em Marx-Engels e Gramsci tocante a educação dos trabalhadores num cenário de transformação radical do mundo. De caráter bibliográfico essa pesquisa traz algumas categorias importantes desses pensadores como a politécnica e a onilateralidade, para daí construir a crítica ao modelo de educação burguesa para os trabalhadores. O trabalho de estudiosos deste século a exemplo de Manacorda, Coutinho e Nosella foram relevantes nas análises dos fundamentos sócio-filosóficos e políticos do pensamento marxista de educação para além do adestramento e rumo a uma pedagogia para a formação omnilateral dos sujeitos. Concluída essa tarefa, vimos que a união do ensino ao trabalho é a proposta educativa da concepção materialista histórica rumo à ruptura de educação unilateral do homem.

Palavras-Chave: Trabalho; Educação; Ensino; Omnilateralidade.

A relação trabalho e educação no pensamento marxista tem sido objeto de inúmeras análises sob o signo do capitalismo contemporâneo. Marx-Engels e, mais tarde Gramsci especialmente, denunciam o caráter dualista e unilateral da educação na sociedade sob o domínio do capital. Assim, procuramos nesse espaço discutir o lugar da educação nas obras de Marx e nos escritos das cartas e cadernos de Antonio Gramsci, buscando relacionar o ensino e o trabalho no atual modelo societário e como esses pensadores defendem uma educação voltada à classe trabalhadora. O trabalho do ponto de vista do materialismo-histórico em Marx e Gramsci norteará nossa investigação e, a partir daí explicitar como o pensamento marxista propõe uma pedagogia socialista.

Nesse processo de investigação trazemos um enfoque na crítica de Marx à pedagogia tradicional e que diferenças há da proposta socialista de educação das pedagogias modernas. O contexto histórico do desenvolvimento do marxismo nos foi imprescindível para o entendimento da concepção de educação marxista, partindo do momento do avanço das

forças produtivas na Europa nos tempo de Marx e em Gramsci pelo intenso momento político do regime fascista europeu que o levou a prisão como também pelo seu interesse pelas questões pedagógicas tão características no seu pensamento. Dessa forma, a leitura de alguns textos de Marx-Engels sobre educação e o ensino como também de autores de referência no pensamento gramsciano a exemplo de Nosella, Coutinho e Manacorda enriquecem nossa discussão sobre o tema.

Antes de todo e qualquer debate em torno do pensamento pedagógico em Marx e Engels, sobre a sua existência em sentido estritamente pedagógico, partimos da premissa que na consolidação do capitalismo no século XIX, com intensa exploração do trabalho fabril, Marx já denunciava em *o capital* o caráter alienador do trabalho na sociedade capitalista. A separação do trabalhador do seu objeto, do produto do labor (estranhado) é claro quando, ele não o reconhece como produto seu e, portanto inexistente em sua consciência enquanto produtor de riqueza. Daí que para Marx, o trabalho aliena e este como causa primeira da riqueza humana é negada historicamente. Eis a dimensão negativa do trabalho para Marx. Esse processo de produção e reprodução dessa condição de alienação e apropriação da riqueza produzida pelo outro é aprofundada no modo produção capitalista e na visão marxista tem desdobramentos condicionantes no modelo de ensino burguês.

“[...] quando Marx diz, por exemplo, que o trabalhador cada vez mais se empobrece, enquanto a força criativa do seu trabalho passa a se constituir, frente a ele, como força do capital, como “potencia estranha”, e ele “se aliena do trabalho como “força produtiva da riqueza.” Todos os progressos da civilização, todo aumento das forças produtivas, enriquecem o capital e não o trabalho acrescentam apenas o poder que domina o trabalho, e daí decorre, como processo necessário, que suas próprias forças se coloquem perante os trabalhadores como estranhas.” (MANACORDA, 2010, p. 67).

A negação da dimensão criativa do trabalho como também da limitação da instrução das classes populares são colocadas por Marx em 1869 no IV Congresso Internacional em suas *instruções aos delegados*. Nela estão as principais questões abordadas por Marx sobre a educação e ensino, que retomaremos mais adiante. A divisão social do trabalho na perspectiva do materialismo histórico é um elemento central da conjuntura sócio-histórico da Europa do século XIX, isso porque a consolidação dessa divisão criou também a construção de duas escolas: uma para a classe trabalhadora e a outra para a classe dirigente.

A ascensão das ideias liberais na defesa por democratização da escolarização das massas ganha espaço no momento em que o desenvolvimento de novas funções da base produtiva do capital se fez necessário. A tecnologia a serviço do capital vai estabelecendo uma relação cada vez mais direta do trabalho da fábrica com o aumento da instrução geral e nesse contexto o desenho dessa nova escola vai assumindo seu caráter unilateral, voltado exclusivamente para a produção, separando o teórico do prático. Manacorda (2010) coloca que essa divisão cada vez mais nítida do trabalho e agora da escola aparece quando a educação do trabalhador tinha um caráter instrumental de conhecimento prático-profissional enquanto a classe burguesa usufruía uma educação do tipo humanística.

As condições do trabalho nas fábricas da Europa são objeto de crítica de Marx quando mulheres e crianças submetidas a duras jornadas de trabalho substituindo as formas tradicionais do artesanato e subjugando os indivíduos a atividades insalubres e desprovidos de qualquer caráter educativo. Numa outra direção, diferente daquela que se desenhava no intenso desenvolvimento da grande indústria nas obras *Manifesto Comunista* de 1848 e *Os Manuscritos Econômicos e Filosóficos* em 1844, (Marx, 1998) ressalta que diferente das condições de intensa exploração fabril da época a união do ensino ao trabalho da fábrica servirá como projeto de transformação radical da sociedade, pois a classe trabalhadora dominando todo o processo produtivo assumirá a direção das forças materiais e espirituais do sistema social.

Essa defesa da união ensino- trabalho nada tem a ver com as formas perversas que o capital implementou na exploração do trabalho infantil no século XIX. A defesa do ensino tecnológico tem na grande fábrica o lócus na qual a teoria de Marx e Engels propõe uma formação integral do homem, para além da produção e do lucro da classe burguesa. Caminho necessário à superação do reino da necessidade conforme salienta o próprio Marx. A escola da fábrica ganha um norte essencialmente educativo. O trabalho de crianças na produção fabril seria proporcional a sua capacidade física e cognitiva, diferente do modelo da grande indústria de exploração do trabalho infantil denunciado em sua crítica ao *Programa de Gotha* em 1875.

A separação teoria e prática da grande indústria capitalista impossibilitava uma formação para além do mero treinamento e os sistemas de ensino constituído da época desvinculava o sujeito de sua práxis social. Na nova pedagogia, em sua luta contra-hegemonica, a práxis social é alimentada e o trabalho pedagógico caracteristicamente político

conduz os indivíduos a autonomia. E, é em Gramsci que esse viés é muito presente, em virtude do seu grande interesse pelas questões do ensino politécnico.

“O interesse de Gramsci para as questões culturais formativas era motivado e orientado, portanto, pela objetiva preocupação de preparar os quadros dirigentes que haveriam de governar o novo Estado Proletário. Nessa direção, o problema principal, pensava, era formar pessoas de visão ampla, complexa, porque governar é uma função difícil.” (NOSELLA, 1992, p.14).

Marx e Gramsci entendem em seus escritos que a educação politécnica se realize numa perspectiva omnilateral, ou seja, de formação integral e conforme a necessidade e capacidade de cada um, superando a condição de adestramento e exploração que a grande indústria capitalista o submete. Dominar todo o processo da produção é a chave para a abolição da divisão social do trabalho capitalista.

“A omnilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho”. (MANACORDA, 2010, p.96).

Essa divisão social do trabalho no capitalismo tem sido historicamente construída. Indo desde o modo de produção escravista, passando pelo feudalismo e chegando ao modo de produção capitalista, o trabalho assume formas mais cruéis e degradantes de exploração do homem pelo homem. No sistema anterior, o feudalismo, a classe produtora embora expropriada pela entrega de parte de sua produção aos senhores, ficava com parte do fruto do seu trabalho. É nesse momento da história humana (no regime capitalista) que o homem põe a venda sua força de trabalho conforme explica Aníbal Ponce em sua obra *Educação e Luta de Classes*.

“As massas exploradas da Antiguidade e do Feudalismo apenas haviam trocado de senhor. Para que a burguesia conseguisse realizar o seu prodigioso desenvolvimento não eram suficientes o desenvolvimento do comércio e o alargamento quase mundial

do mercado. *Era preciso além disso, que exércitos compactos de trabalhadores livres fossem recrutados para oferecer seus braços a burguesia.[...] Mas, antes do século XVI*, o camponês que alugava os seus braços temporariamente era também dono de uma pequena extensão de terra, capaz de sustentá-lo em casos extremos. O trabalho assalariado não passava, para ele de uma ajuda, de uma ocupação subsidiária. *Mas, a partir do século XVI, já o assalariado momentâneo havia-se convertido em assalariado permanente, até a morte.* O seu único meio de subsistência era a força dos seus braços.” (PONCE, 2007, p.137).

No capitalismo segundo Marx a relação homem e produto do seu próprio trabalho é rompida, o objeto é estranho ao próprio indivíduo que lhe deu vida. Esse processo de rompimento do homem com a natureza mediada pelas relações de trabalho pelo capital é segundo Marx o mesmo caminho que a educação profissional nos moldes da sociedade burguesa segue: separação teoria e prática, da ciência e do trabalho, da necessidade e da liberdade e do produtor e não produtor. A educação serve então para a manutenção da ordem que lhe parece natural, que alienada pelo trabalho não se percebe enquanto condição histórica. Manacorda (2010, p.97) reforça que: [...] “a educação é colocada, aqui, ao lado da divisão do trabalho, como causadora de unilateralidade, abrangendo, entre outras coisas, a problemática da interação entre escola e sociedade”.

A escola da fábrica de Marx é um projeto de educação dentro de uma realidade para além do modelo social capitalista. A escola socialista pensada por Marx e Engels defendia que o Estado Socialista mantivesse a educação das crianças desde a idade em que se dispensasse o cuidado efetivo da mãe. Aqui, a defesa do Estado como mantenedor do direito à educação (ou seja, pública) é também presente em Gramsci, quando esse explicita o conceito de escola única. Única em todos os sentidos, no acesso e no modelo. Questão essa que veremos mais a frente.

A combinação ensino e trabalho não se esgotam em si mesmo, a importância dessa relação é condição essencial para a transformação radical da base material humana, ou seja, das forças produtivas, para o fim gradativo da propriedade privada e das classes sociais. A aprendizagem escolar deve no ver de Marx-Engels ser permeada também pelo ensino da gramática e ciências naturais. Conforme (Marx, 2010) todo esse processo de ensino aprendizagem só tem sentido quando as crianças são mergulhadas num universo da

transformação do real e que a prática social esteja no centro dos objetivos do ensino, de forma orgânica e relacional.

Se no sistema capitalista a educação profissional está apenas a serviço do treinamento, do embrutecimento do sujeito. A pedagogia socialista preconiza uma ruptura com esse estreitamento da relação trabalho-educação. A quebra dessa dicotomia só será possível quando o trabalhador deixa de operar num nível elementar, onde ele não enxerga limites entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. A práxis existe e está a serviço da transformação do real, na produção e na reflexão das relações sociais materializadas pelo trabalho.

“Desenvolvendo a teoria do “materialismo histórico”, “o capital” inclui, entre seus instrumentos, a educação. Se o sistema capitalista exige que o operário seja versátil através de uma instrução profissional em nível elementar, é claro-“a conquista de um poder político, por parte da classe operária, desenvolverá a instrução tecnológica em todos os níveis, tanto no plano teórico, como no prático” (MANACORDA, 1976:p11). O universo do trabalho não supõe apenas elementos práticos, ou meros treinamentos técnicos(aprendizagem de um ofício).mas,supõe um embasamento teórico para explicar os elementos daquele universo ainda bastante inexplorado. Daí por Marx e Engels insistem que a participação dos operários na produção esteja intimamente associada a formação intelectual.” (JESUS ,2005, p.48-49).

As escolas profissionais especializadas são alvo de crítica também em Gramsci. Para ele, o ensino deve ter um viés politécnico onde o educando aprende não apenas um saber prático, mas que entenda todo o processo de produção fabril. Diferente da polivalência da escola capitalista uma educação politécnica no pensamento gramsciano é uma escola desinteressada, aqui entendida como um espaço de criação e valorização do domínio material da produção em favor de todos e não apenas de uma classe, tal qual na escola burguesa. Nessa o dualismo escolar está a serviço de dois modelos de educação: uma desinteressada e desinteressante a dos trabalhadores e a outra interesseira feita para a formação de dirigentes do sistema social burguês.

“Assim Gramsci caracteriza a tendência profissionalizante como uma “degenerescência da escola”. Poucos autores terão proposto uma argumentação, em termos de princípios, tão contra o ensino profissionalizante. Para Gramsci, a escola profissionalizante é uma forma imediatista de sujeitar a socialização das crianças e dos jovens,a formação dos homens,à lógica da produção, e portanto à lógica do capital, o que resulta, nas sociedades capitalistas, enrijecimento das diferenças sociais.”(MOCHCOVITCH, 1990 , p.55).

A organização da escola em Gramsci, seguindo a trilha teórica de Marx, de centralização no nexo ensino e trabalho, propõe a cultura como eixo de sua proposta pedagógica. Nesse sentido (Manacorda, 2008) fala que Gramsci compreende que a classe operária irá superar seu estágio de *Classe em si* no momento que a cultura da classe dominante deixe de operar como guia de ação da hegemonia burguesa. Na escola de cultura, nessa perspectiva, a cultura ou as diversas culturas da classe produtora de riqueza servirá como guia para um projeto de resistência à ordem do capital. A escola formará homens omnilaterais para dirigir a sociedade de forma desinteressada. Eis a escola única de que fala Gramsci, de educação do indivíduo para a coletividade e não para si como expressão do egoísmo e da competitividade.

“Gramsci afirmava que, no modo de produção socialista, a escola não deveria ser imediatamente interessada, oposta aquela aristocrática considerada, por ele, como interessada, por servir a uma minoria de privilegiados, por destinação da família. Suas escolas “clássicas” ofereciam uma cultura geral indiferenciada para as classes dominantes, por que seu objetivo era único: formar mandatários. Portanto aparentemente desinteressada, traziam, de fato, um interesse imediato que era formar a classe dirigente.” (JESUS, 2005, p. 57).

A cultura como elemento formativo na escola de Gramsci objetiva formar os indivíduos para serem dirigentes num estado proletário e o desinteresse aqui significa uma formação que potencialize e desenvolva as crianças e jovens para a prática social do trabalho e do intelectual, sem distinção ou dualismo educacional. Gramsci ao criticar o inatismo e o individualismo das pedagogias modernas de seu tempo coloca que o papel da educação é assumir plenamente o sujeito no seu trajeto histórico, situado a partir desse contexto e longe de qualquer determinismo factual que a escola tradicional e as pedagogias modernas querem fazer crer. Por isso, a escola única elimina qualquer tipo de privilégios e defende uma pedagogia de livre desenvolvimento individual e social.

“Gramsci crítica a ilusão de se poder praticar uma pedagogia libertadora como pedagogia do indivíduo encerrado em si mesmo: a participação realmente ativa do aluno na escola observa somente pode existir se a escola estiver ligada á vida; para ele, a relação educativa não se dá entre indivíduos singulares, mas sempre entre indivíduos que representam todo o complexo social.” (MANACORDA, 2010, p.150).

É esta dimensão humanista da educação e do trabalho que Marx-Engels e Gramsci procuram resgatar. O conhecimento enquanto chave para o desenvolvimento omnilateral do homem e a serviço de sua realização, emanado a partir do crescimento intelectual do ser em direção as transformações necessárias ao bem coletivo, ou seja, uma educação como práxis revolucionária. Esse é o princípio educativo de formação do homem omnilateral segundo destaca (Coutinho, 2011).

Estabelecer uma relação orgânica entre teoria e prática é uma necessidade histórica para a superação do modelo de educação profissional imposta aos operários pelo capital. Afinal, cabe ao homem enquanto ser distinto dos demais, mas não negando sua relação com a natureza, reconhecer que há nele uma real possibilidade à direção omnilateral nos processos de construção das relações sociais, para além dos estreitos sentidos que o capital o constituiu historicamente. O trabalho como produtor de sentidos e de riqueza material- espiritual é a base da concepção educativa no materialismo histórico de Marx e Gramsci, sendo sua categoria fundamental e, portanto, princípio essencial de qualquer prática educativa.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo. Boitempo. 2011.

JESUS, Antonio Tavares de. **O Pensamento e a Prática Escolar de Gramsci**. Campinas, Autores Associados, 2ª Edição, 2005.

MANACORDA, Mario Aligheiro. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Campinas, Alínea, 2ª Edição, 2010. **O Princípio Educativo em Gramsci**. Campinas, Alínea, 2ª Edição, 2008.

_____. **O Princípio Educativo em Gramsci**. Campinas, Alínea, 2ª Edição, 2008.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. Rio de Janeiro, Editora Ática, 2ª Edição, 1990.

MARTINS, Marcos Francisco. **Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?** Campinas, Autores Associados, 2008.

MARX, Karl. **O Manifesto Comunista**. São Paulo, Paz e Terra, 19ª Edição, 1998.

_____. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, Navegando, 2010.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1992.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. São Paulo. Cortez, 22ª Edição, 2007.

